

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES  
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E RELATÓRIO  
DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

## **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH**

### **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022**

#### **CONTEÚDO**

Relatório dos Auditores Independentes

Quadro 1 – Ativo

Quadro 2 – Passivo e patrimônio líquido

Quadro 3 – Demonstração do resultado do exercício

Quadro 4 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 – Demonstração do Resultado Abrangente

Quadro 6 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos

Diretores

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH**

Joinville - SC

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Interpretação ITG 2002, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1409/12.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras que apresentam uma visão verdadeira e justa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a

administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville (SC), 12 de julho de 2024

**Ademir Schatzmann**

CRC/SC nº 021.378/O- SC



**SCHATZMANN AUDITORES**

CRC/SC nº 6.430/O-1

**QUADRO 01**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em Reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	<b>04</b>	947.049	709.842
Contas a Receber		796	796
Outras Contas a Receber		1.162	46.862
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>949.007</b>	<b>757.500</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Imobilizado</b>	<b>05</b>	<b>11.496</b>	<b>15.026</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>11.496</b>	<b>15.026</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>960.503</b>	<b>772.526</b>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

**QUADRO 02**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em Reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	<b>06</b>	6.887	57.273
Obrigações Sociais		15.383	155
Obrigações Tributárias		345	1.940
Outras Contas a Pagar		4.961	11.505
Adiantamento de Projetos	<b>07</b>	309.048	-
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>336.624</b>	<b>70.873</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Patrimônio Social	<b>08</b>	701.653	729.307
Superávit (Déficit) do Exercício		(77.774)	(27.654)
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>623.879</b>	<b>701.653</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>623.879</b>	<b>701.653</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>960.503</b>	<b>772.526</b>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

**QUADRO 03****INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em Reais)

	Nota	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>119.200</b>	<b>43.959</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		<b>430.989</b>	<b>658.100</b>
Doações		42.038	13.224
Receita de Projetos	<b>09</b>	388.951	644.876
<b>Total Receitas Operacionais</b>		<b>550.189</b>	<b>702.059</b>
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>(681.925)</b>	<b>(782.676)</b>
Despesas de Projetos	<b>09</b>	(577.129)	(764.287)
Administrativas	<b>10</b>	(98.378)	(14.269)
Tributárias		(6.418)	(4.120)
<b>Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas</b>		<b>53.962</b>	<b>52.963</b>
<b>Total Despesas Operacionais</b>		<b>(627.963)</b>	<b>(729.713)</b>
<b>SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO PERÍODO</b>		<b>(77.774)</b>	<b>(27.654)</b>

**QUADRO 04****INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH****DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Superávit / Déficit do Exercício</b>	<b><u>(77.774)</u></b>	<b><u>(27.654)</u></b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	-	-
<b>Total de Outros Resultados Abrangentes do Exercício</b>	<b><u>(77.774)</u></b>	<b><u>(27.654)</u></b>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

**QUADRO 05**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH**  
**MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS**  
 (Em Reais)

	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Superávit (Déficit) Acumulado</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>363.591</b>	<b>365.716</b>	<b>729.307</b>
Incorporação ao Patrimônio Social	365.716	(365.716)	-
Déficit do Exercício	-	(27.654)	<b>(27.654)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>729.307</b>	<b>(27.654)</b>	<b>701.653</b>
Incorporação ao Patrimônio Social	(27.654)	27.654	-
Déficit do Exercício	-	(77.774)	<b>(77.774)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>701.653</b>	<b>(77.774)</b>	<b>623.879</b>

**QUADRO 06****INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO****MÉTODO INDIRETO**

(Em Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Déficit/Superávit do Exercício	(77.774)	(27.654)
Ajustados por:		
Depreciação e Amortização	3.530	2.626
<b>Varição nos Ativos e Passivos Operacionais</b>		
Contas a Receber	-	1.162
Outras Contas a Receber	45.700	(14.952)
Fornecedores	(50.386)	49.013
Obrigações Sociais	15.228	155
Obrigações Tributárias	(1.595)	1.940
Outras Obrigações	(6.544)	11.505
Adiantamento de Projetos	309.048	-
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<u><b>237.207</b></u>	<u><b>23.795</b></u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Ativo Imobilizado	-	(17.652)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos</b>	<u><b>-</b></u>	<u><b>(17.652)</b></u>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u><b>237.207</b></u>	<u><b>6.143</b></u>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>709.842</b>	<b>703.699</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>947.049</b>	<b>709.842</b>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

## **NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

O Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH – é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, criada em 2004 no Brasil, buscando ampliar o número de educadores e defensores de direitos humanos. O IDDH possui status consultivo junto à ONU e é membro do Grupo de trabalho de ONGs para a Educação em Direitos Humanos das Nações Unidas de Genebra.

Tendo como missão promover a Educação para a cidadania como meio de diminuir desigualdades e fortalecer a democracia no Brasil. Ao longo do ano de 2023, o Instituto realizou as seguintes atividades:

### **Área de advocacy e Articulação: Coordenação do Coletivo RPU Brasil**

Coordenação do Coletivo RPU Brasil. O Coletivo RPU é uma coalizão atualmente composta por 38 organizações, associações, redes e coletivos da sociedade civil brasileira que, desde sua criação, em 2017, têm realizado o monitoramento dos direitos humanos no país através do mecanismo da Revisão Periódica Universal (RPU) das Nações Unidas.

### **Participação nas Sessões Regulares Conselho DH**

Em 2023, o IDDH realizou incidências durante as três sessões do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

### **Boletim Sociedade Civil no Conselho de DH**

No ano de 2023, foram realizadas três edições do Boletim, as quais abordaram a 49ª, 50ª e 51ª Sessões do CDH/ONU.

### **Reunião sobre Follow-up/Seguimiento de Recomendações da RPU: Sociedade Civil da América do Sul - Coletivo RPU América do Sul**

A fim de ampliar a articulação da sociedade civil, em âmbito regional, em 2023 o IDDH e a FES Brasil juntamente com ACNUDH Regional organizaram, em novembro, a 2ª Reunião Estratégica Coletivo RPU América do Sul para troca de experiências com mais de 20 entidades da sociedade civil da América do Sul que atuam com follow-up/seguimiento do mecanismo da revisão periódica universal, a RPU. Nesta oportunidade, definiu-se que para 2023, as organizações integrantes do Coletivo RPU América do Sul pretendem seguir a articulação para a realização de formação a ser organizada pelo IDDH e ações de incidência internacional.

### **Edital ECOAR**

A primeira edição do Edital ECOAR, ocorrida em 2022, propôs selecionar 5 (cinco) defensoras/es de Direitos Humanos, um/a de cada região do país, para vivenciarem atividades práticas de advocacy na ONU Genebra, em 2023. Em agosto de 2023, as/os participantes da primeira edição do Edital ECOAR tiveram a

oportunidade de realizar o advocacy internacional presencialmente em Genebra, durante a Pré-Sessão de avaliação do Brasil. Neste momento, tiveram contato com Missões Permanentes, membros do ACNUDH e demais órgãos vinculados à ONU, além de participarem ativamente do seminário internacional, organizado pelo Coletivo RPU em parceria com o IDDH, intitulado "Discriminação Racial no Brasil: Violência contra população negra e aos povos indígenas", do qual uma das vencedoras do Edital ECOAR foi convidada para ser painelistas.

Neste ano de 2023, o IDDH lançou a segunda edição do Edital ECOAR, com o objetivo de selecionar 3 (três) defensoras/es de direitos humanos, representantes de entidades da sociedade civil que nunca atuaram presencialmente de atividades internacionais de advocacy. No primeiro semestre de 2023, elas/es irão à Genebra para vivenciarem o advocacy internacional in loco com a mentoria da equipe do IDDH.

### **Edital Olhares do Brasil**

O IDDH lançou a segunda edição do Edital Olhares do Brasil neste ano de 2023, com o objetivo de divulgar artistas brasileiras/os que apresentam temas relacionados a Direito Humano em suas obras.

Em parceria com o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, o edital selecionou 17 obras para ilustrar as páginas do VII Relatório Luz, que será exibido no Fórum Político de Alto Nível Sobre Desenvolvimento Sustentável da ONU, em 2023, e visa denunciar aprofundamentos das violações de direitos humanos.

Além da apresentação na ONU, o relatório também ficará disponível para download no site oficial do IDDH e do GT SC para a Agenda 2030.

### **Formação Advocacy Internacional no Sistema de DH da ONU**

Esta formação online foi especialmente elaborada para 32 defensoras/es de DH representantes da organização Plan International Brasil e da Aliança Down to Zero. Teve o objetivo principal de oferecer conhecimento teórico-prático básico sobre os principais mecanismos de Advocacy Internacional em Direitos Humanos do Sistema ONU. Os conteúdos abordam o Conselho de Direitos Humanos, a Revisão Periódica Universal (RPU), os Comitês de Tratados e os Procedimentos Especiais. O curso foi realizado de maneira híbrida, mesclando conteúdos assíncronos, com encontros síncronos realizados ao longo de 4 semanas, através da Plataforma EducarDH. Ao final, as/os participantes, em grupos, desenvolveram uma atividade simulada de atuação nos órgãos e mecanismos estudados.

#### **Formação Advocacy ONU: Curso básico - Assíncrono**

Um curso completamente online e assíncrono com o objetivo de apresentar os principais mecanismos da ONU para a atuação em Direitos Humanos. Através da plataforma online, EducarDH, as/os participantes tiveram acesso a materiais referente aos quatro principais mecanismos de defesa dos Direitos Humanos da ONU: Conselho de Direitos Humanos (CDH), Revisão Periódica Universal (RPU), Comitês de Tratados e Procedimentos Especiais, além dos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Assim, a formação pode ser acessada ao longo de seis semanas e contou com 188 pessoas participantes, contemplando todas as regiões do país. Ao finalizar o curso, as/os participantes estavam habilitadas/os a compreender o contexto de estrutura e funcionamento da ONU; e identificar e diferenciar os mecanismos de atuação desta.

### **Formação ONU e Juventude: Advocacy em Direitos Humanos**

No âmbito do programa Juventude na ONU, o IDDH recentemente passou a atuar com juventudes, especialmente impulsionado pela atual 4ª fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos - PMEDH (2020-2023) e também por sua atuação na implementação da Agenda 2030 no Brasil. Considerando este público essencial para todas as agendas de direitos humanos no Brasil e na ONU, em 2023 realizamos o primeiro módulo (conhecer) da formação ONU e Juventude - Advocacy em Direitos Humanos que teve como principal objetivo, apresentar o Sistema ONU de Direitos Humanos e a Agenda 2030 para jovens lideranças. As 105 pessoas participantes, oriundas de todos os estados do país, ao longo de quatro semanas, participaram do curso online pela Plataforma EducarDH. Atividades assíncronas e encontros online síncronos foram realizados e, ao final, grupos de trios elaboraram propostas de implementação da Agenda 2030.

Um trio de cada região foi selecionado a partir de seu engajamento na formação e por uma avaliação entre pares, para participar de um módulo presencial (articular) a ser realizado no primeiro semestre de 2023, em Brasília, assim dando continuidade ao processo formativo.

### **NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão sendo apresentadas em Reais (R\$).

As Demonstrações Contábeis da **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH** foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucro, inclusive normas instituídas pela interpretação ITG 2002, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1409/12.

### **NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

#### **a) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes**

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

## **b) Compensações entre Contas**

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

## **c) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Entidade, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

Os saldos bancários e de aplicações financeiras cujos recursos irão compor prestações de contas aos doadores estão classificados como "com restrição", visto que sua aplicação é específica as finalidades previstas nos convênios.

## **d) Ativos Financeiros**

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

## **e) Contas a Receber**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e mercadorias no decurso normal das atividades da Entidade.

As contas a receber de clientes no curto prazo, inicialmente, são reconhecidas pelo custo da operação e as de longo prazo pelo custo ajustado a valor presente (quando aplicável). Subsequentemente, essas contas são

mensuradas pelo custo amortizado, menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos).

**f) Imobilizado**

Os itens do ativo imobilizado são apresentados pelo método do custo, deduzidos da respectiva depreciação. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do mesmo possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, conforme demonstrado a seguir:

Equipamentos de Informática 05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

**g) Outros Ativos**

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

**h) Contas a Pagar a Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando relevante.

**i) Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

**j) Apuração do Resultado do Superávit (Déficit)**

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência dos exercícios. O **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH** reconhece como receitas e custos, os serviços recebidos gratuitamente e subvenções. As verbas recebidas para aplicação em projetos são reconhecidas no resultado à medida que o projeto é executado.

**k) Julgamento e uso de estimativas contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

Créditos de liquidação duvidosa que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício, conforme a expectativa de perdas;

Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto à assessoria jurídica da Entidade;

*Impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis;

Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;

**NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Depósitos Bancários a Vista	2.900	-
Aplicações Financeiras	944.149	709.842
<b>Total de Caixa e Equivalentes</b>	<b>947.049</b>	<b>709.842</b>

## NOTA 5 – IMOBILIZADO

	Equip. de Proc. de Dados	Total
<b>Taxas anuais de depreciação</b>	<b>20%</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		
Custo	1.799	<b>1.799</b>
Dep. Acum.	(1.799)	<b>(1.799)</b>
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Aquisição	17.652	<b>17.652</b>
Depreciação	(2.626)	<b>(2.626)</b>
<b>Saldo Final</b>	<b>15.026</b>	<b>15.026</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		
Custo	19.451	<b>19.451</b>
Dep. Acum.	(4.425)	<b>(4.425)</b>
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>15.026</b>	<b>15.026</b>
Aquisição	-	-
Depreciação	(3.530)	<b>(3.530)</b>
<b>Saldo Final</b>	<b>(3.530)</b>	<b>(3.530)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		
Custo	19.451	19.451
Dep. Acum.	(7.955)	(7.955)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>11.496</b>	<b>11.496</b>

## NOTA 6 – FORNECEDORES

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Levante Lab. Sistemas EIRELI	-	6.960
Furtado Neto Advogados Associados	-	23.462
Kaue Natan Vezentainer	-	400
Patricia Vieira Coelho	-	3.500
Schatzmann Auditores Independentes	-	3.199
Servitec Serviços Ltda - ME	1.687	13.040
Tamara Feldman	-	6.712
Monica Ottoboni	5.200	-
<b>Total de Fornecedores</b>	<b>6.887</b>	<b>57.273</b>

## NOTA 7 - ADIANTAMENTO DE PROJETOS

Relativos ao Projeto União Europeia 2023-2026 (Ref. NDICI-CSO/2023/445-677, projeto com as ONGs Instituto Campanha Nacional pelo Direito a Educação e Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero).

	<b>Valor Recebido</b>	<b>Valor Utilizado</b>	<b>Saldo a Utilizar</b>
Projeto União Europeia	332.634	(23.586)	309.048
<b>Total Projeto União Europeia</b>	<b>332.634</b>	<b>(23.586)</b>	<b>309.048</b>

## NOTA 8 - PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é formado pelos superávits/déficits acumulados que representam os recursos destinados a atingir o cumprimento de sua finalidade.

No exercício de 2023 a Entidade incorreu no déficit de R\$ 77.774, e ano de 2022 no déficit de R\$ 27.654.

Em 2023 o Instituto recebeu subvenções no montante de R\$ 721.585 (incluído adiantamento de receita do Projeto União Europeia) e no ano de 2022 R\$ 644.876.

## **NOTA 9 – RECEITAS E DESPESAS DE PROJETOS**

O Instituto obtém subvenções para realização de seus projetos, que tem como objetivo promover a educação para a cidadania, diminuindo desigualdades e fortalecer a democracia no Brasil.

Sua participação se dá em forma de articulações e redes de direitos humanos visando acompanhar e incidir na política interna e externa de direitos humanos.

Diante disso, realiza e coordena processos de incidência nacional e internacional sobre os direitos humanos no Brasil, em parceria com organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Mesmo diante da pandemia os projetos se mantiveram ativos, necessitando em alguns casos adaptação dos projetos para atendimento do seu objetivo, assim como novos incrementos financeiros.

No ano de 2023 o instituto promovia os seguintes projetos:

### **Projeto Noruega**

**Prazo:** 08/2022 a 12/2022

**Finalidade:** O efeito esperado para o público-alvo do Projeto é o aumento da participação de organizações e movimentos sociais da região Nordeste, com foco em gênero e direitos LGBTI, para a implementação dos ODS e acompanhamento das recomendações do UPR. (Resultado).

### **Projeto UNDEF**

**Prazo:** 06/2020 a 05/2022

**Finalidade:** O projeto busca construir um sistema articulado e conjunto de monitoramento de violações de direitos humanos para uso da sociedade civil brasileira, ao mesmo tempo em que fortalece o trabalho das organizações brasileiras de direitos humanos que atuam em nível internacional.

### **Projeto Suíça**

**Prazo:** 01/2021 a 07/2023

**Finalidade:** Este projeto visa fortalecer o espaço cívico no Brasil, aumentando a participação da sociedade e empoderamento dos defensores de direitos humanos de todo o país. Capacitar defensores de direitos humanos das cinco regiões do Brasil sobre a Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a

Humanidade Universal Sistema de Direitos. Incentivar os defensores de direitos humanos brasileiros a se engajarem em fóruns internacionais abordando os mecanismos de direitos humanos da ONU.

### **Projeto Países Baixos**

**Prazo:** 08/2022 a 07/2023

**Finalidade:** Impulsionar e fortalecer a voz ativa de jovens brasileiras e brasileiros, provenientes de todas as regiões do país capacitadas/os para conhecer, articular e implementar o advocacy internacional em direitos humanos no âmbito das nações unidas.

### **Projeto Alemanha**

**Prazo:** 03/2023 a 12/2023

**Finalidade:** 1. Formação prática presencial para a elaboração de projetos de implementação da Agenda 2030 e espaços para interlocução com stakeholders nacionais para jovens provenientes de todo o Brasil (de cada região do país) e atividade pedagógica-cultural em Brasília sobre a Agenda 2030 através da exposição Olhares do Brasil 2023; 2. Formação online para jovens provenientes das 5 regiões do Brasil sobre os mecanismos de direitos humanos do sistema ONU; e, 3. Fortalecimento e Ampliação da Rede de Advocacy Internacional (RAI) para os direitos humanos - em sua divisão Jovem (RAIJ).

### **Projeto União Europeia**

**Prazo:** 10/2023 a 10/2026

**Finalidade:** Fortalecer a atuação de OSC e lideranças jovens para a criação e ampliação de mecanismos de governança da Agenda 2030 em municípios

## NOTA 10 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Aluguéis e Condomínios	(23.915)	(8.352)
Manutenção e Reparos de Imóveis	(400)	(590)
Depreciações	(3.530)	(2.626)
Despesas com Pessoal	(18.940)	-
Energia Elétrica	(1.675)	-
Telecomunicações	(1.829)	-
Limpeza e Conservação de Imóveis	(2.378)	-
Material de Expediente	(208)	(1.027)
Serviços Profissionais	(3.768)	-
Assessoria Empresarial	(32.338)	-
Outras Despesas	(9.397)	(1.674)
<b>Total de Despesas Administrativas</b>	<b><u>(98.378)</u></b>	<b><u>(14.269)</u></b>

## NOTA 11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras e outras contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos. A Administração da Entidade não realizou nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.

\* \* \* \* \*